

# O MEIO RURAL EM PORTUGAL: ENTRE O ONTEM E O AMANHÃ\*

por

José Portela\*\*

## INTRODUÇÃO

Pediram-me que, neste seminário sobre “A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território”, abordasse “As Transformações Sociais e Culturais”. O tema é vasto. O espaço e o tempo para o tratar são limitados. Assim, ficarei por um conjunto de cinco pontos, o primeiro dos quais será um esboço breve das mudanças profundas e céleres da sociedade portuguesa, aproximadamente desde os meados deste século. Depois destacarei uma mudança socio-cultural em cada um dos quatro eixos em torno dos quais se pode definir o homem como um ser-em-relação. Ser-em-relação com a terra, com os outros, consigo próprio e com o transcendente. Segue-se uma última e breve nota.

## 1. DO PAÍS RURAL E ORGULHOSAMENTE SÓ AO PAÍS ORGULHOSAMENTE MUNDANO E, QUIÇÁ, NO “PELOTÃO DA FRENTE”

Depois de décadas de arrastado imobilismo e isolamento orgulhoso, o país abre-se e muda. E muda depressa. E com o país transforma-se também a sociedade rural e a agricultura. No dizer de Maria Filomena Mónica (1996: 39) “Portugal mudou para além do que se julgou possível”.

---

\* Comunicação apresentada ao Seminário Internacional *A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território*, Lisboa, 15-17 de Maio de 1997. Esse seminário foi organizado pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, com o apoio da “Association pour la Recherche sur les Collectivités Locales en Europe” e com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República.

\*\* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Pelos anos 50 Portugal tinha um extenso e populoso “mundo rural”, ou melhor, era ele mesmo um país rural. Para além de Lisboa e Porto quase só havia vilas grandes, não as cidades *médias* de hoje. Os centros urbanos eram áreas minúsculas num espaço tomado e gerido pela população agrícola. Esta estava compreendida entre dois pólos: uma minoria de famílias senhoriais, proprietários, e lavradores abastados e uma legião de criadas e criados de lavoura, que competiam por uma malga de caldo. Mais de 3/4 da população vivia no campo e a economia nacional dependia deste. E, como diz F. O. Baptista (1996: 49), “em meados deste século, o futuro do país ainda estava, aparentemente, em debate: industrialização ou agricultura”.

Por essa altura desponta a grande ruptura na vida do país. Este *cabaneiro* parte, aquele pastor faz o mesmo. Não para o Brasil mas para a Europa. Nos anos 60, outros assalariados rurais, caseiros e pequenos agricultores, cansados da enxada, fartos do carregamento do estrume e da pobreza, abalam. A guerrilha em África também estimula o *salto* de alguns. É a debandada geral. Nas aldeias e campos ficam idosos, crianças e lavradeiras. Os campos distantes ficam incultos e os outros mais na mão das *viúvas de vivos*. Os salários agrícolas sobem em flecha, praticamente triplicam no período 1962-72 (F. O. Baptista, 1996: 46).

Paris, Lisboa e Porto simbolizam o destino dos homens. As áreas em redor ganham barracas e perdem humanidade. Nelas dói mais fundo a “traição da cidade”<sup>1</sup>, mas só 11 meses no ano, pois as *vacanças* e as férias na terra, a par do labor agrícola que se retoma, fazem esquecer-la. Em cada casa há braços abertos à espera, em igual número aos que voltam um rato. E a ideia da conta no banco a crescer, da casa em construção, do lameiro debaixo de olho, quiçá do café a abrir, enfim, do retorno um dia, também ajudam às agruras do dia-a-dia em terra de falares e modos estranhos, alguns dos quais se assimilam. Ano após ano, uns chamam e levam outros. Para quem vai a partida até custa menos. Outros metem-se sós à aventura. E o *povo* despovoa-se, desvitaliza-se e envelhece.

Em suma, antes da entrada de Portugal na CEE já os portugueses se tinham precipitado legal e ilegalmente na Europa, carente do seu trabalho aplicado e dócil. E a partida para as terras ricas da Europa tornou-se um hábito, que se estendeu depois às mulheres jovens e hoje mesmo às crianças, embora as estadas tenham passado a ser de mais curta duração. E o impensável ontem acontece hoje: aldeias há onde já não se festeja o Santo padroeiro.

A indústria ergue-se nos anos 50 e toma corpo, a olhos vistos, na década seguinte. Às estradas, barragens, e empresas do ferro e cimentos segue-se a indústria transformadora, onde pesa o investimento externo, que é atraído pelos baixos salários. Do ponto de vista do emprego criado, porém, Portugal não chega a ser

---

<sup>1</sup> Expressão da Professora Manuela Silva.

propriamente um país industrial. Num repente o sector terciário supera os outros dois. Em qualquer caso, entre 53 e 73 a indústria cresce a um ritmo anual vertiginoso, cerca de 10%. As trocas comerciais intensificam-se. A mão de obra masculina falta e os salários sobem. À chamada do trabalho nas fábricas e nos serviços respondem as mulheres. Instala-se e cresce a pluriactividade, sobretudo com a industrialização difusa. A terra dá o pão de cada dia, a fábrica o salário mensal.

Enquanto vagas de portugueses partem para trabalhar na Europa, chegam para férias no Algarve os Europeus, aos magotes. Sol, praia, e comida portuguesa é quase quanto basta. Mas a construção civil explode. E arribam ao litoral algarvio empreiteiros, trolhas, e carpinteiros e erguem-se as Quarteiras. No final dos anos 60, as receitas do turismo mais as remessas dos emigrantes ajudam a tapar buracos financeiros, as despesas militares à cabeça. Com os *franceses* chegam às aldeias os carros nunca vistos, o Ricard, o leite UHT e outros bens desconhecidos, a par de histórias e notícias sobre os modos de vida alheia. E em cada verão nas lojas de electrodomésticos das vilas e cidades não há mãos a medir. Dá-se início a novos rituais festivos, por exemplo nos casamentos, e as notas de francos e marcos passam a enfeitar os andores dos santos da terra quando em procissão. Em suma, o impensável ontem sucede hoje: os *cabaneiros*, caseiros e outros pobres sem terra viram ricos, mesmo que tão só à escala local.

Parte dos salários e remessas de emigrantes fertilizam a própria agricultura, agora progressivamente reduzida às terras mais produtivas e próximas das aldeias. Como faz notar F. O. Baptista (1996: 53), na primeira metade dos anos setenta (1970/74), a superfície semeada anualmente no Continente já baixara 23% relativamente a 1960/64, e, em 1985/88, esta quebra era já de 45%. Entretanto, compram-se muito mais adubos, pesticidas, motores e tubos de *pvc* para rega, e tractores. Em 40 anos a química e a mecânica instalam-se nos campos. Da vila ou da cidade chegam também sementes, rações e gasóleo. É a mudança tecnológica bem patente na percentagem dos consumos intermédios na produção final da agricultura, que passa de 6% em 1950 para 45% em 1990 (F. O. Baptista, 1996: 40). Com o decorrer dos anos, os agricultores passam a cuidar menos de culturas e a tratar mais de animais. A sua presença no mercado dos produtos também cresce.

Tal como a *falta de braços*, a guerra em África torna-se omnipresente na vida social, económica e política do país. E com ela chega a revolução não violenta de 74. O arcaico edifício político do país é demolido e vai-se construindo um outro, com grandes portas e janelas rasgadas. Neste cabem já a palavra livre, oral e escrita, os direitos das mulheres, os partidos, os sindicatos, as eleições livres, etc. Além de tudo isto, num repente, aprofundam-se e alargam-se então os sistemas de educação, saúde pública, segurança social, pensões e reformas, etc. Entre a década de 70 e a de 80 a demografia altera-se notoriamente, como revelam

os indicadores da taxa bruta de natalidade, da esperança de vida à nascença, e a taxa de mortalidade infantil. A crise e a “normalização” política e económica são vividas a sério durante a década 1974-85 e, entretanto, sem conhecerem o Tratado de Adesão à CEE, os portugueses abrem mais a porta à Europa. Esta não se faz rogada e Portugal vira bom aluno, fazendo trabalhos de casa como auto-estradas, vias rápidas, mais obras de betão e muita telecomunicação. A que se junta a progressiva abertura e privatização da economia. E o que era outrora inesperado acontece agora: um país ontem envergonhado, fatalista e na cauda da Europa surpreende-se hoje confiante e no pelotão da frente do euro-ciclismo, dizem-nos.

Com as deslocções pela Europa e pelo país, o Portugal dos pequeninos sai da aldeia e espanta-se com a cidade, o mar, o verde do Minho, as serras e serras de Trás-os-Montes e com os próprios conterrâneos das demais *províncias*. Então não são mesmo estranhos os falares algarvio e alentejano? Mas os portugueses espantam-se mais com os europeus, patrões lá fora e turistas cá dentro. Com as viagens transcontinentais a que a tropa e a guerra obrigam os portugueses surpreendem-se ainda mais com os povos africanos. *Eles*, todos, têm modos diversos de falar, pensar, sentir e agir. As roupas, comidas e casas são outras. É a descoberta, a comparação das grandezas e das misérias de todos, sociedades e territórios.

Inevitavelmente, rasgam-se os horizontes culturais, dilatam-se as aspirações. E, com dinheiro na carteira e no banco, os modelos e níveis de consumo mudam. Nas aldeias surgem casas novas e renovam-se as velhas. Põe-se a luz, a casa de banho e a água canalizada na cozinha. A esta chega também a arca frigorífica. Dá jeito para congelar borregos, ou mesmo um vitelo. Nos últimos 20 anos o poder local também fez obras. Para uns tratar-se-ia de notório desenvolvimento local. Para outros tão só enviesamento e crescimento urbano, patentes nas grossas fatias do orçamento municipal consumidas na sedes dos concelhos. Em qualquer caso parece incontroverso que nem a agricultura, nem a floresta têm constituído motivo de preocupação dos autarcas, nem tão pouco dos mais directamente incumbidos disso mesmo.

E, entretanto, no corpo da economia e na alma da sociedade a agricultura perdeu imenso peso. Entre 1950 e 1990, como faz notar F. O. Baptista (1996: 49) “a percentagem dos que trabalhavam na agricultura no conjunto da população activa passou de 48% para 10%”. A população ligada a explorações agrícolas no total da população residente diminuiu de 55% para 20%. A contribuição da agricultura para a produção do país (valor acrescentado bruto agro-silvícola/produto interno bruto a preços correntes) baixou de 28% para 5%. No corpo da nação a agricultura constitui hoje um órgão que adoece e definha. Não é competitiva, argumenta-se, não abastecendo, portanto, os hiper e as dispensas. A dependência do país (e vulnerabilidade, é bom lembrar) em produtos de origem agrícola agravou-se a níveis que classifico de suicidas.

Por meados do século, o ultramar era também uma porta que se abria aos filhos rijos das famílias pobres e numerosas, embora fosse difícil achar a chave própria cujo nome era *carta de chamada*. Esta migração cresce um pouco nos anos 60, como resposta à eclosão da guerra em África e com vista ao desenvolvimento das colónias, mas foi quase sempre muito fraca. Ela, porém, alimenta directa e indirectamente e logo após Abril de 74, e sobretudo em 75, a vinda dos *retornados*. Para seu próprio espanto e dos demais, a integração no país, país natal só para alguns, foi, no geral, célere e pacífica. A História, mesmo a mais distante, deixa marcas e a partir dos anos 80 observa-se outra novidade: a chegada de imigrantes legais africanos e brasileiros em número superior ao dos emigrantes legais portugueses.

A TV, uma novidade tímida no final dos anos 50, ajuda à abertura do país ao mundo e os portugueses também começam a conhecer melhor o país. Entretanto, já após meados dos anos 70, as suas redes e malhas tornam-se muito mais extensas e finas, e a publicidade mostra-se crescentemente insinuante. A TV ajuda muito à festa do consumismo. A escola, secundária e superior, com massas volumosas de alunos, democratiza-se, diz-se. As viagens, o trabalho e as experiências na Europa e em África, na cidade, o dinheiro, a escola, a TV, e, quiçá, outras coisas mais (a secularização?), tudo isto faz crescer a ambição, que, como bem faz notar Maria Filomena Mónica (1996: 39) deixa, por fim, de ser considerada um defeito. E com os escudos do turismo, construção civil, pensões e reformas (mesmo parcas), marcos e francos da emigração, e os ecus da integração passa-se da ambição à realização. E até mesmo à ostentação.

Em quatro décadas Portugal sofre uma metamorfose. Tal como a borboleta livre não se espelha na pupa enclausurada e imóvel, também o meio rural de hoje não se revê no de meados do século. A configuração e o cariz agrícola e rural do país dos anos 50 desaparece. As causas da evolução são múltiplas, a primeira das quais foi, por certo, a explosão migratória e a mobilidade espacial associada. O mundo rural esvazia-se do que era seu e impregna-se do que chega de fora. Perde gente, rebanhos, gado de trabalho, abandona campos e práticas agrícolas seculares, como a estrumação. Ganha incultos, lixeiras, áreas ditas protegidas e incêndios; dispõe de dinheiros como nunca antes: são francos franceses e suços, cheques da Previdência, subsídios e fundos de Bruxelas, juros dos bancos; *maisons*, bens de consumo, *pubelas*<sup>2</sup> e contentores de lixo, tractores e rações. A *canalha* sai da aldeia para ir ao ciclo e em casa é a evasão frente à televisão, sempre que a

---

<sup>2</sup> M. Ribeiro (1992: 229) sublinha a ausência de desperdício que se observava no passado na sociedade camponesa que analisa e refere que as palavras lixo e lixeira eram estranhas no vocabulário local. Corrente era o uso da corruptela *pubela*, do francês *pubelle*, a indicar não só a origem mais imediata, como a temporalidade recente dos fenómenos assim designados.

deixam. Continua-se a poupar muito, mas o colchão deixa de ser cofre. É que os banqueiros descobrem depressa o grande peso da pequena poupança. E os bancários, por sua vez, instruem os conterrâneos a tirar o máximo partido do capital. Os serviços móveis, balcões e agências instalam-se antes de outros serviços ou equipamentos públicos e muito antes das IPs. E com estas vias e as auto-estradas o mundo rural passa a local de estada breve ou refúgio urbano, ganhando outras cargas simbólicas e significado económico. E arribam ali cidadãos de muitos tipos: caçadores de fim de semana; quadros de meia idade e reformados, nacionais ou não, a recuperar casas de aldeia; gente carente de pseudo-aventuras em viaturas todo-o-terreno e jovens amantes de emoções fortes e riscos em desportos radicais. E para servir novos gostos e apetites surgem empresários do imobiliário, hotelaria, e de turismo de habitação. As novas vias e os carros, novos ou em segunda mão, também permitem aos residentes rurais uma mobilidade espacial intensa, inclusive viagens pendulares diárias entre a casa e o trabalho. Resumindo, em Portugal o mundo rural des-ruraliza-se e urbaniza-se. Deixa de ser rural, ou, como diz F. O. Baptista (1996: 37) “o rural tende, agora, a ser moldado a partir do urbano”.

Do mesmo modo, o mundo rural deixa de ser mundo. Isto porque só o era em oposição ao outro mundo, o urbano. Como dissemos já (Portela, 1996), cada vez estamos menos certos da propriedade da designação Mundo Rural. A coisa nomeada, para além de nunca ter tido ou dado prestígio social, está a ficar cada vez mais pequena e mais mirrada. Se a realidade em causa é um mundo, este é um mundo cada vez mais físico e menos social. Os campos murados, cultivados e arborizados, formando uma paisagem humanizada, dão lugar a espaços sem controlo social imediato. Num certo sentido, o território é cada vez mais vasto; é hoje mais para percorrer, de preferência num todo-o-terreno com ar condicionado, e mais para filmar (o que seria de nós sem uma câmara vídeo?) do que um espaço de trabalho e de produção agrícola. O dito mundo rural tem cada vez mais menos gente e cada vez mais uma menor capacidade de intervenção política. O mundo rural, se ainda é mundo, é, por outro lado um mundo cada vez mais dependente da nação, e esta, da Europa e do resto do mundo, que é hoje muito global. Dependente do trabalho algures, dos contributos da segurança social, dos fundos comunitários, dos investimentos externos, das decisões políticas distantes. A dependência na esfera do trabalho e da economia geral é notória, mas não menos séria (e preocupante, creio) é a fortíssima dependência cultural do Mundo-América. A televisão, tal como a Coca-Cola, está disponível para os recém-nascidos logo nas maternidades e mesmo as famílias mais carentes de tudo o resto não as dispensam.

Ou seja, numa outra visão, o Mundo Rural passa a ser mais mundo, porque este é progressivamente mais pequeno, cada vez mais facilmente entra portas

adentro e, concomitantemente, ganham dimensão as aspirações socio-culturais dos seus residentes. Como diz A. Barreto (1996: 67) “Na sociedade portuguesa, aberta ao mundo [...] todas as expectativas são permitidas, tanto nos domínios do consumo e da promoção económica, como nos da mobilidade social e da protecção ou segurança. Do ponto de vista das expectativas, nada parece distinguir um cidadão português de um outro de qualquer país mais desenvolvido”. Resta acrescentar que, entre nós e do mesmo ponto de vista, parece aceitável a noção de que rurais e citadinos estarão cada vez mais parecidos relativamente às necessidades, atitudes, comportamentos e aspirações.

Exposta uma maquete das mudanças que ocorreram em Portugal, aproximadamente desde os meados deste século, passemos a tratar mais especificamente algumas delas.

## 2. DO “COMERÁS TEU PÃO...” AO “FUGIRÁS DA TERRA”

Diz-nos a Bíblia que o homem tem uma relação congénita com a terra, com o solo. Ou melhor, que ele é mesmo pó. E que para comer o pão de cada dia terá de rasgar o solo. Mostram-nos os meios de comunicação social que as guerras em África impedem essa relação, daí resultando o sofrimento dos homens: a fome, a doença, e a miséria horrenda. Na América Latina os grandes proprietários da terra tornam essa relação muito problemática. Uma sem-terra brasileira recém-instalada num latifúndio dizia há dias à TV: “não tinha nada, agora a terra dá-me tudo”.

Esta visão fisiocrata foi igualmente comum entre nós, quiçá mais entre ruralistas e outros não-agricultores. Em qualquer caso, como deixámos entrever, em meados deste século, a relação dos portugueses com a terra era muito estreita. Hoje já assim não é. Ela não é vista como a única fonte de riqueza, nem mesmo como a mais importante. Fora da *terra*, agricultura e aldeia, é que se ganha a vida e enriquece. Pensa-se e diz-se. Porém, mantém-se bem firme a noção económica de que a terra é uma garantia de segurança e estabilidade. Para além das facetas simbólicas, vê-se nela uma almofada para tempos de choque. A experiência de emigrantes sem sorte e alguns *retornados* confirmam-no. E, no geral, reconhece-se ainda o seu valor de complemento do orçamento familiar, muito para além do que deixam supor as estatísticas. Assim o atestam muitos idosos horticultores, que para além de proverem à sua dieta, vão mantendo a saúde mental e um certo bem-estar psíquico. O mesmo se poderá dizer de operários-agricultores e outros pluriactivos. Este traço dominante da realidade actual das regiões rurais é muito bem expresso por F. Cordovil (1995) quando diz “a agricultura continua a ser um dos eixos estruturantes da vida económica e social e um factor chave da conservação/qualificação ambiental, mas já não é, salvo raras excepções, a fonte principal de susten-

tação directa do emprego e do rendimento da população residente nas regiões rurais”. Isto porque as actividades terciárias lideram o emprego regional.

As sucessivas e profundas mudanças experimentadas pela sociedade rural, arrastaram consigo uma alteração radical da percepção da terra e do trabalho agrícola. Simboliza bem o volte-face cultural a relação terra/escola. Houve tempos em que um princípio reinante no meio rural, imposto pela miséria e escassez de recursos, se traduzia na expressão “fugirás da escola para trabalhar a terra”<sup>3</sup>. Era, por exemplo, a necessidade da *vezeira* e do guardar a *cria* que se impunha às crianças, para que os mais velhos andassem na *torna-geira* ou nas courelas próprias. Contam-nos isso os filhos dos *cabaneiros*, dos pobres e remediados. E confirmam-no as professoras do ensino primário, que denodadamente combatiam aquela norma.

Na aldeia de hoje, os pais não se opõem a que os filhos vão à escola. Pelo contrário, querem *tirá-los da terra*, o mais cedo possível, e a escola é vista como uma porta de saída. O insucesso e o abandono escolar são já contrariedades a que alguns filhos sujeitam os pais. Estes não querem ver os herdeiros a empobrecer, mesmo alegremente. Aspiram a um trabalho não-agrícola. Um que não seja sujo, que seja socialmente prestigiado e mais compensador. Melhor será mesmo alcançar um emprego, embora ingressar na GNR ou na PSP ainda seja uma saída atractiva. Como faz notar A. Barreto (1996: 64) entre 1960 e 1995 “as expectativas e as aspirações cresceram rapidamente, talvez mais ainda do que os factos materiais, económicos e tecnológicos”. E, assim, actualmente os pais empurram os filhos para fora da agricultura, para fora de casa, e para fora da aldeia. E os filhos, no geral, *vão à vida deles*, de bom grado. Para tanto servem as universidades públicas e privadas, os politécnicos, as escolas profissionais, a formação profissional dos sindicatos, as cunhas, o trabalho assalariado na apanha de fruta em França ou na reconstrução do leste da Alemanha, os favores dos emigrantes, as redes de parentes, compadres e vizinhos. Não se chegou já ao ponto de partirem lá para fora raparigas bem novinhas, com 12 e 13 anos, que ali vão olhar por um bebé ou tomar conta de meninos?

Mas não nos equivoquemos. Uma coisa são as aspirações socio-culturais. Outra, bem diferente, a capacidade de as concretizar. E aqui a desproporção entre umas e outra pode ser muito grande. Em muitos casos é abissal. Os pais e os filhos, como muitos outros, têm amiúde comportamentos ambivalentes e contraditórios, e a escola e a vida podem não ajudar a superá-los. E os ideais não chegam a passar disso mesmo. A realidade mostra-se então crua e dura. É o que nos revela, por exemplo, um estudo efectuado por G. Pinto (1996) em 5 aldeias do vale da Campeã, na vizinhança do Marão, às portas de Vila Real.

---

<sup>3</sup> Título duma obra de R. Iturra.

Aqui a terra ainda é ganha-pão e o trabalho familiar persiste como um traço fundamental da grande maioria das explorações agrícolas. A sobrevivência destas depende mesmo em larguíssima medida do contributo das crianças, raparigas e rapazes. O estudo de G. Pinto (1996: 29) revela que “cerca de 80% das famílias inquiridas aludiram explicitamente à indispensabilidade do trabalho dos filhos”. Na mesma fonte pode ler-se o seguinte: “Precocemente encaixadas na equipa de trabalho familiar, as crianças de ambos os sexos atingem a equivalência ao tempo de trabalho adulto por volta dos treze, catorze anos de idade e ainda mais cedo nas unidades familiares mais pobres. Isto é cabalmente confirmado nos casos em que abandonam a escola e permanecem em casa dos pais”. Com efeito, a autora apresenta-nos, entre outros, os casos de Ricardo e Filipe, ambos com 14 anos, que abandonaram a escola e representam dois casos extremos na amostra estudada. As actividades na exploração agrícola consomem ao primeiro 53,30 horas, 57,30 horas e 67 horas, respectivamente numa semana de Janeiro, numa semana de Maio e numa semana de Setembro, incluindo o dia de domingo. Em relação ao Filipe, para as mesmas datas, os períodos laborais ascenderam a 62,30 horas, 70,30 horas e 80 horas. Relativamente aos restantes diz-nos ainda a autora: “Aqueles que distribuem o tempo entre a escola e as actividades de reprodução do agregado doméstico apresentam mesmo assim horários de trabalho muito expressivos. Algumas, em acumulação com as actividades escolares, chegam a atingir, na época de maior labor agrícola, 7 a 8 horas de trabalho por dia, sendo estes horários significativamente alargados nos dias em que não há aulas”.

O trabalho prestado pelas crianças eleva-se com a idade e o número de irmãos, é mais de tipo doméstico entre as raparigas e mais de cariz agrícola entre os rapazes, pode crescer com a redução do número de adultos activos. Os picos do ciclo agrícola, a falta de terra, e a presença de gado, em particular o leiteiro, tendem a elevar igualmente o contributo das crianças. Ao contrário do observado noutros contextos, G. Pinto (1996: 49) verificou que “as crianças pertencentes às unidades familiares que dispõem de maiores indícios de mecanização não tendem a diminuir o número de horas em que trabalham. Bem pelo contrário. Muitas destas crianças situam-se mesmo entre aquelas que registam maiores quantitativos laborais, em boa medida devido à intensificação do sistema produtivo e à introdução do gado leiteiro”. Como dizia à investigadora [G. Pinto (1996: 47)] um rapaz de 13 anos “a ordenha está por minha conta: quando chego da escola tenho 20 vacas à minha espera”. E a extensão do horário do trabalho anda habitualmente associada à dimensão do esforço físico, ou seja, quanto mais horas trabalham, mais tarefas pesadas realizam.

O trabalho das crianças não se resume à exploração agrícola familiar. Fazem parte de grupos de trabalho de entre-ajuda, ganhando para a exploração agrícola própria contributos externos, em trabalho humano e ou mecânico. E, além disso,

podem mesmo trabalhar como assalariadas, em tarefas agrícolas ou na construção civil. Note-se que são as crianças das famílias mais pobres as que apresentam maior propensão para realizar trabalho remunerado.

Em suma, os pais das crianças da Campeã não se opõem à escola, teoricamente pelo menos. Na prática, porém, dependem muito da terra e, consequentemente, vivem na expectativa, amiúde ilusória, de que os filhos são capazes de conciliar o que é inconciliável: as exigências duma escola a sério e o labor em casa e no campo. Este tem consequências inevitáveis: faltas às aulas, saídas mais cedo da escola, escassez de tempo e disposição para o cumprimento de deveres escolares; e, naturalmente, uma atitude geral, compreensível, de encarar a escola mais como um espaço de descanso e brincadeira do que como um lugar onde também é preciso trabalho e esforço. Obviamente, o insucesso e o abandono escolar não surgem por acaso. E a inserção precoce no mercado de trabalho precário também não. Para além do contexto da casa própria, da aldeia e da escola há ainda a cidade atraente, o mundo brilhante lá fora. E retornamos ao ponto de partida: as aspirações que cresceram muito em Portugal, não só entre os adultos, mas também entre as crianças. Diz-nos G. Pinto (1996: 83) “as crianças das comunidades rurais que estudámos são constantemente atraídas pelo consumo de bens e lazeres próprios das crianças e jovens das áreas urbanas, que procuram imitar. Vivem na ansiedade de adquirir certos tipos de roupa, de consumir certos tipos de comida ou bebida e de frequentar determinados lugares. Para concretizarem tais desejos precisam do seu próprio dinheiro, o que os encaminha precocemente para o mercado do trabalho e, nalguns casos, os afasta definitivamente da escola. Aliás é muitas vezes a própria escola que promove o espírito consumista, levando as crianças mais pobres a sentirem necessidade de trabalhar”. E, assim, se reproduz a pobreza.

### **3. DA APARENTE AMORFIA SOCIAL NO PASSADO À ORGANIZAÇÃO RECENTE**

Cada homem vive em relação com outros, no interior de agrupamentos e redes sociais diversos. Não vamos perscrutar aqui as mudanças ocorridas no seio de todas as estruturas sociais do meio rural. Seria tarefa imensa. Tomaremos tão só o fenómeno notório da multiplicação recente das organizações formais centradas na defesa e valorização da agricultura e do mundo rural.

Fazemo-lo não só porque elas traduzem, em si mesmas, uma mudança sócio-cultural muito recente, mas também porque simbolizam uma esperança de revitalização do meio rural. Com efeito, ao centrarem-se nas questões da vez e voz dos residentes em meio rural, em particular dos mais excluídos, e ao fazerem

chegar ali informação, ideias, experiências, técnicos, novos serviços às empresas, possíveis negócios e clientes estarão a tratar do calcanhar de Aquiles das regiões rurais. Como diz F. Cordovil (1995) a dimensão mais crítica dos problemas daquelas áreas “prende-se com a dificuldade de aceder a recursos e oportunidades que constituem factores nucleares dos processos de desenvolvimento mas que tendem a concentrar-se nas grandes aglomerações urbanas”.

Amiúde a sociedade rural é vista como socialmente atomizada e amorfa. A pobreza de organizações formais, que é coisa antiga, justifica tal percepção, mas como faz notar A. Lucas (1987: 66) “o meio rural não é uma terra de ninguém”. Ali “existem [...] centros e redes de poder instalados, circuitos de informação e de influência minuciosamente urdidos de geração em geração, seja ao nível do discurso, do jogo de alianças ou da tecitura do parentesco, compadrio e vizinhança”. Há três, quatro, décadas atrás, destacavam-se os Grémios da Lavoura e ignorava-se a menos visível organização social das estruturas, práticas e redes locais, como, por exemplo, os regadios tradicionais, as vezeiras, mútuas de gado, grupos de torna-jeira, etc. Os Grémios, onde a filiação era compulsiva e vigiada, tratavam dos afazeres dos poucos *ricos* proprietários e grandes agricultores do concelho e as estruturas informais tratavam das coisas dos muitos e pequenos *remediados e pobres* da época.

Removido o Estado Novo primeiro e recebida, em casa, a Comunidade Europeia depois, como um padrinho com um rico foliar, o quadro político-institucional altera-se radicalmente. A Europa é o modelo a seguir e a fonte de verbas por excelência. O país acorda e dá-se a multiplicação das organizações formais, a qual ainda se mantém. Surgem novidades como agrupamentos municipais em torno de serviços ou recursos do mesmo tipo (as termas, por exemplo); associações de juntas de freguesia de um ou mais concelhos próximos; e há já uniões entre câmaras e o sector privado para formar empresas de serviços antes tidos como públicos. Os critérios de constituição de certas organizações são eles mesmos novos, singulares, outrora impensáveis: a dimensão e localização das unidades produtivas e até mesmo a idade e o género dos associados. E eis, por exemplo, a união dos pequenos e médios agricultores, a associação dos produtores florestais do Norte e Centro de Portugal, os núcleos empresariais dos distritos, as associações de *jovens e mulheres*, quer do meio agrário, quer do empresarial. Os modelos organizativos também são de cores jurídicas e de ordem de integração variadas. Há núcleos de protecção da natureza e grupos de defesa do ambiente; ligas dos amigos da Serra, do rio, ou dos moinhos; as cooperativas de artesãos e as associações de desenvolvimento; as pequenas fundações e instituições de solidariedade social; os centros socio-culturais e recreativos. E partenariados, federações, movimentos e redes, como por exemplo, a animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, fundada em 1993. Paradoxal-

mente, todo este fervilhar organizativo sucede precisamente quando, e porque, em vastas áreas o meio rural é já uma desolação. Os jovens já de lá saíram, pelo menos mentalmente.

O impacte do associativismo autárquico, empresarial, e ambiental sobre o meio rural pode ser relevante, mas sublinhamos aqui dois mundos distintos, cujas metas se centram muito mais sobre a vida e o trabalho dos agricultores e outros residentes em meio rural: as organizações agrárias e as associações de desenvolvimento local (ADLs), em meio rural. Entre aquelas há, no geral, uma orientação produtiva e ou comercial mais marcada, com ou sem consciência da fileira. Para além dos apoios financeiros, nacionais e comunitários, à formação e funcionamento destas novas organizações<sup>4</sup>, na sua génese sobressai amiúde o entusiasmo e a consciência profissional de técnicos jovens. Achamos então as associações de agricultores biológicos ou de criadores de raças autóctenes, sejam estas de bovinos, ovinos, caprinos ou suínos; os grupos de produtores-engarrafadores; ou as cooperativas dos produtores do queijo dali, do enchido dacolá e do mel de mais além; ou, por fim, as associações interprofissionais, por exemplo, dos implicados na cadeia da alfarroba.

Vejamos mais de perto as designadas ADLs. O que são? Quando surgiram? Por onde se distribuem? Trata-se, no geral, de associações sem fins lucrativos, actuando como novas estruturas de mediação. Elos entre o meio rural e urbano, a sociedade civil e o Estado, a localidade e Bruxelas. Todas elas são muito jovens. Surgem, claro, depois de 1974 e a maior parte só mesmo após a adesão à CEE. Muitas estão mesmo na infância. Segundo J. Neves (1995: 44, 73-74), num dado conjunto de 25 ADLs quase 3/4 constituíram-se entre 1987 e 1994. Mais precisamente, 7 surgiram no período 1976-85, 6 entre 1987 e 1990 e 12, metade do total, entre 1991 e 1994. Num outro conjunto de 59 ADLs reforça-se a conclusão anterior: cerca de 2/3 das ADLs foram fundadas entre 1991 e 1994. Em qualquer das amostras se conclui que os nascimentos ocorreram mais no Norte do país. No que respeita às alegadas áreas de influência há casos díspares. Algumas ADLs têm uma ambição modesta: visam cobrir tão só uma freguesia, ou um concelho. A maioria, porém, aspira a agir na área relativa a vários concelhos. Mas a sua acção a nível local pode obrigar os dirigentes das ADLs a fazer esforços de persuasão mais além: Bruxelas ou Lisboa.

Na prática, as ADLs são grupos pequenos, podendo a sua dimensão variar entre cerca de meia a duas dúzias de pessoas a tempo pleno. As mulheres podem representar 1/4 a 1/3 dos membros e tendem a ser mais novas, a ter mais habi-

---

<sup>4</sup> Refiram-se, a título de exemplo, os Regulamentos CEE nº 1035/72 e o nº 1360/78, respectivamente de apoio à constituição e funcionamento administrativo de organizações de produtores do sector das frutas e produtos hortícolas frescos e de agrupamentos de produtores.

litações académicas e a classificarem-se mais como agentes de desenvolvimento que os homens. A maioria dos sócios activos, o núcleo duro de cada ADL, trabalha a tempo pleno, em especial o respectivo dirigente. Este é, no geral, licenciado, natural da região e com cerca de 40 anos. Entre os dirigentes e técnicos acham-se, por exemplo, advogados, economistas, sociólogos, psicólogos, engenheiros, gestores e professores. Há também médicos. A cooperação a tempo parcial é igualmente relevante, em particular a prestada por técnicos. Segundo J. Neves (1995: 47) num conjunto de 15 ADLs colaboram 165 pessoas (relação tempo completo/parcial = 109/56), o que dá uma média de 11 pessoas, 7 a tempo pleno e 4 a tempo parcial.

E o que fazem as ADLs? Parte substancial do tempo é gasto com papéis. A burocracia da gestão de programas é incontornável. Mas o leque de acções é amplo: identificação de gente com iniciativa; prestação de informação e conselhos a portadores de projectos; criação de centros de informação e concretização de acções de formação; realização de estudos, seminários, feiras e edição de publicações; promoção e comercialização de produtos; realização e participação em feiras; apoio à formação de associações locais e intercâmbios europeus. São múltiplos os campos de canseira e acção, mas destacam-se a formação profissional e as tentativas de criação de micro e pequenas empresas, designadamente de mulheres e gente sem trabalho certo. Parte-se da defesa e valorização de recursos e produtos agrícolas e artesanais, turismo rural, ambiente e paisagem natural, património monumental, tradições culturais e gastronomia. A educação, designadamente a pré-escolar (por exemplo através de ludotecas itinerantes), a saúde e assistência a idosos dão igualmente lugar a iniciativas locais.

Para tudo isto, que é muito, as ADLs estabelecem relações preferenciais com as autarquias, centros do IEFPP, e CCRs. As ligações entre ADLs e entre estas e as associações empresarias existem, embora tendam a ser menos intensas. Os laços com Escolas Profissionais e Universidades são débeis. Nas ADLs o pragmatismo é reverenciado e a teoria dos académicos tende a ser suspeita. Resumindo, com J. Neves (1995: 49): “Desde a elaboração das candidaturas, passando pela preparação das acções, pela animação das populações, pelos relatórios de progresso e pela componente administrativa a que se está sujeito, o trabalho nas ADLs é tudo menos monótono. Acrescem os contactos permanentes, através de reuniões, com entidades locais e institucionais e o atendimento personalizado, de modo que, na maioria dos casos, não existem horários para cumprir”.

Com base em observações pessoais e os dados disponíveis parece aceitável a distinção de dois grupos de ADLs, que designaremos por militantes e institucionais. Segundo J. Neves (1995: 46, 50) “enquanto as primeiras correspondem, maioritariamente, a processos de afirmação da cidadania activa através da participação em contextos de desenvolvimento, as segundas decorrem, principal-

mente, de processos de estabelecimento de parcerias necessárias a candidaturas a programas comunitários”. As militantes tenderão a ser mais antigas e formadas por cidadãos singulares; as institucionais, mais presentes no Norte, têm uma composição mista, integrando cidadãos e instituições. Por exemplo, autarquias. Nas institucionais, a representação feminina tende a ser menor e os homens não parecem assumir o seu papel de agentes de desenvolvimento. Parece faltar igualmente uma visão comum e um diálogo constante e profundo entre os dirigentes associativos e os técnicos que agem no terreno. Aqueles são amiúde figuras políticas locais.

Como se explica todo este repentino associativismo local em Portugal? Da Europa, chegam duas mãos auxiliares. Por um lado, a “oferta” de meios financeiros constantes de programas, projectos e iniciativas comunitárias. São de destacar o LEADER, o FSE, o NOW e o EUROFORM. Por outro lado, há uma “procura” externa de cooperação transnacional. Surgem contactos, conversações e aventuras com parceiros europeus, com os quais se fazem aprendizagens. E tais relações externas podem chegar a ser mais fortes do que as internas, com ADLs vizinhas. E assim se vai tentando construir a Europa.

Agarrar com as duas mãos a ocasião de captação de verbas para a terra própria (ah, o “amor à terra”!) terá constituído o centro das motivações de algumas ADLs, sobretudo das ditas “institucionais”, embora tal não seja assumido abertamente pelas mesmas. Mas um agudo sentido de oportunidade não explica toda a génese das ADLs. Há um pano de fundo político-institucional e um rol longo de razões internas para a luta dos novos “actores”.

Note-se que há por todo o globo uma atmosfera neo-liberal. Esta valoriza a iniciativa privada, e nega o papel dos Estados. Sem debate acerca das inegáveis ineficácias e ineficiências estatais impõem-se duas palavras de ordem: privatização, transferência de funções. As associações captam então, mais por tabela do que por convicção oficial, recursos e encomendas de serviços outrora públicos. Isto quanto ao pano de fundo político-institucional.

Com respeito às motivações dos actores locais, note-se que são muitas. Entre elas o desejo de contribuir para mudar um ambiente socio-económico cultural e político que é muito mais carregado de nuvens de desfavores do que de estímulos. Significativamente a grande maioria das ADLs não está na região de Lisboa e Vale do Tejo, nem muito próximo dos centros de decisão. São estruturas para agir no país despovoado, no dito país real e profundo. Mas, ainda assim, reconhece-se que a nível local há sinais esperançosos para sustentação da mudança: a identidade cultural, algum dinamismo associativo, potencialidades económicas, o aparente despertar do poder local para iniciativas de desenvolvimento. Por fim, mas não menos relevantes, são o *Curriculum Vitae* e os ideários dos actores, todos eles motivando-os à acção.

Nas ADLs confluem pessoas com percursos, formações e sensibilidades distintas. Há gente que busca uma nova civilização, a do ser, pugnando por valores hoje na mó de baixo; há poetas e pessoas sensíveis à poesia, a valores estéticos e espirituais; há antigos e experientes militantes políticos, a par de recém-licenciados em novos cursos e sem experiência de terreno; cidadãos desiludidos, reformados cheios de juventude e jovens à procura do primeiro emprego; católicos progressistas e cooperativistas outrora convictos, a par de feministas e ambientalistas combativos; ex-alfabetizadores de adultos e ex-animadores culturais, ao lado de professores comprometidos com o meio e estrangeiros à busca de modos de vida alternativos; presidentes de junta de freguesia, técnicos municipais da cultura, e mesmo presidentes de câmara, estes sensíveis ao prestígio e contributos financeiros que possam advir do facto do município ser associado nesta ou naquela associação.

Os membros das ADLs não são só todos diferentes. São também todos iguais nalgumas visões e atitudes. Isto parece certo sobretudo entre as ADLs mais militantes. Há coisas do passado e do presente, como a consciência cívica e política, o desencanto com a vida político-partidária, a tradição contestatária e amiúde a dedicação à causa do desenvolvimento local, traduzida na prestação de trabalho voluntário em doses generosas. Em qualquer caso trata-se de espíritos inquietos, inconformados, opondo-se ao “modo funcionário de viver”<sup>5</sup>. Amiúde os pontos de partida e evolução das ADLs são, pela força da natureza das coisas, relativamente específicos, mas o horizonte dos seus militantes é mais amplo. Como A. Santos Silva fez notar (*Público*, 25/2/1993, p. 18), vale bem a pena olhar um pouco para iniciativas locais de mudança e para a maneira de trabalhar que nelas amadurece, onde se acham três novas atitudes essenciais: a globalização da questão rural, uma aguda sensibilidade às oportunidades actuais de desenvolvimento rural, e novas metodologias que combinam princípios de integração, endogeneidade e participação local.

À “nova maneira de trabalhar” responde, no geral, o Estado com velhos modos de agir. As ADLs são, no geral, asfixiadas logo à partida por falta de informação em tempo útil e desajustamento dos programas à realidade local. Vêm depois os atrasos processuais, seguidos da crónica incerteza dos financiamentos. Para apertar o garrote, leis, regulamentos, câmbios e impostos desfavoráveis às associações. E aos estrangulamentos referidos deve acrescentar-se a adversidade do meio, em particular a compreensível falta de tradição de participação cívica e, claro, as dificuldades internas: o recrutamento de gente capaz; os salários baixos, a níveis de militância dura; a falta de modos de gerar receitas próprias; e a forte dependência dos líderes carismáticos. O constante trabalho externo destes, por um

---

<sup>5</sup> Expressão de Alexandre O'Neill.

lado, e a sobrecarga de projectos urgentes e em catadupa, por outro lado, podem criar dificuldades de comunicação dentro das ADLs. Em suma, e como diz J. Neves (1995: 60), “só através de muito empenho e teimosia é que é possível manter uma estrutura que produz resultados”.

#### 4. DO PRODUTOR AGRÍCOLA AO AGRICULTOR “ASSISTIDO”?

Cada pessoa não está só ligada aos outros, à terra, e àquilo que a transcende. Cada um de nós constrói consigo mesmo uma relação. Falamos silenciosamente para os nossos próprios botões. Ouvimos depois as suas réplicas. E vemo-nos através das perguntas que lançamos à terra, aos céus, aos infernos. E vemo-nos ainda através do modo como os olhos dos outros nos vêem. O mesmo sucede, claro, com os agricultores que perguntam: entre o ontem e o amanhã, onde estou? o que se passa e passará à minha volta? o que fui? o que sou? o que serei?

Dos campos, das estradas cortadas, e das manifestações de rua colhemos a impressão que muitos agricultores estão perplexos e confusos com o que se passa à sua volta. Não sabem onde estão. O mundo está hoje mais complexo e incerto. Ventos de fora, de longe, fustigam-lhes a casa, os campos, e há forças misteriosas e incontroláveis a determinar absurdos. Por exemplo, a “simulação do cultivo agrícola: semear, receber o subsídio, mas não colher”<sup>6</sup>, ou colher aqui para enterrar acolá, quando mais além há fome. Para além das flutuações e riscos dos ciclos biológicos e dos mercados agrícolas, os produtores têm agora de lidar com os altos e baixos, mais os imprevistos, dos ciclos das políticas comunitárias e nacionais. Em 1986 havia a PAC e o GATT que aí vinha. A partir de 1992 a “reforma da PAC” e, mal esta começava, já se falava da “reforma da reforma da PAC”. E o GATT voltará. Em torno do seu eixo o mundo acelera velozmente, e chegam as tonturas, a perda de equilíbrio. Como faz notar F. Cordovil (1995), “vivemos num mundo em transe, cada vez mais ‘pequeno’, onde a emergência de novas oportunidades se associa à multiplicação de novos e intensos fenómenos de exclusão e tensão cultural social e territorial. Um mundo em transe porque afectado por um ritmo vertiginoso de mudança, que ultrapassa os tempos de resposta humana ao nível da compreensão e, por maioria de razão, ao nível das soluções institucionais”.

Olhando o espelho cada agricultor vê-se com pele mudada, ou com mais camadas de epiderme. Já não é mais, e só, um cultivador do solo, um zelador de culturas, um tratador de animais, um vendedor de alimentos. Em pouco mais de uma década, o agricultor apostado em sobreviver teve de passar a vestir o fato

---

<sup>6</sup> Expressão de F. O. Baptista (1996: 65).

curto e apertado do burocrata. Teve de se tornar tele-ouvinte atento e bem informado, leitor de regulamentos, apresentador de projectos (estes têm de ser tidos como *viáveis*), gestor de pilhas de papéis e impressos, especialista em relações públicas (lidar com o INGA, o IFADAP, a banca é preciso), e um recebedor de subsídios. Face ao exterior, ou melhor, a gabinetes muito distantes e sem rosto, multiplicou os papéis. Multiplicou também os riscos de incompreensão, dependência, vulnerabilidade e endividamento. O agricultor honesto sente-se constrangido pelo que vem de fora. Inquieto e inseguro pelo que lhe chega de dentro de si. Desagradado, ou, quiçá, humilhado com a imagem que os olhares dos outros reflectem. No fundo da alma está a novidade e, quiçá, a perversidade da subsídio-dependência.

Estas mudanças, e sentimentos, são bem traduzidos pela voz própria dos implicados. Note-se a propriedade das palavras (sobretudo as que colocámos em itálico) nas citações seguintes, extraídas de M. Ferreira (1996: 139, 135). Começemos por um retornado de Angola, instalado num monte alentejano abandonado e totalmente dependente da terra: “uma pessoa às vezes não sabe quando é que pode vender, quando é que se deve vender [...] há alturas em que não se pode vender o gado porque estão dados os subsídios e podemos perdê-los [...] *Não se trabalha à vontade*. Por outro lado, é bom haver alguma ajuda. A gente já sabe que mais meses menos meses sempre vem alguma ajuda [...] isto (os subsídios) agora já se tornou um *vício*”. Por sua vez, um outro agricultor, alentejano, pluriactivo, mas muito dependente da terra classificava a Política Agrícola como má, dada a “indefinição de objectivos, a permanente mudança nas orientações da política”. Com relação aos decisores das políticas defendia “[têm de] saber o que querem, não façam dos agricultores parvos; [têm de] dignificar o trabalho agrícola, que deve ser encarado como outra profissão qualquer”. Quanto à imagem dos agricultores dizia que ela tem sido “denegrida nestes últimos anos por causa da história dos subsídios”. E, por um lado, considerava que estes não deveriam existir, já que “são uma *esmola* que estão a dar aos agricultores, que são uns *pedintes legalizados* [...] os subsídios são *o grande mal* da agricultura portuguesa”; por outro lado, afirmava “tem de se *dar a mão à palmartória* [pois] sem o subsídio o agricultor já não consegue viver, não podemos sustentar uma casa, uma família, uma empresa”.

Interrogando-se a si próprio o agricultor prossegue: e o amanhã como será? o que serei? que nova identidade me forja o futuro? Olha à volta ansioso e tenta sondar as mudanças do devir. Invadem os seus caminhos a horda dos loucos pelo desporto automóvel mais a dos caçadores e suas matilhas. Chegam aos seus ouvidos rumores e notícias de outros interesses alheios sobre a terra, alegando-se, por vezes, que se trata de a proteger e conservar. Querem-no moderno, viável, competitivo e ao mesmo tempo relampejam críticas sobre a utilização dos solos, adubos,

herbicidas e pesticidas, culpabilizando-o pelas águas inquinadas. Há uniformes de tamanho único, desenhados por políticos, para casos muito diversos. E chegam aos campos as quotas de produção, o arranque de plantações, o *set-aside* e a concentração dos subsídios naqueles que mais têm e menos precisam<sup>7</sup>. Persistem no ar ideias estranhas: a redução da produção num país à mercê de alimentos alheios; a reconversão produtiva sem indicação das culturas milagreiras alternativas; a manutenção de territórios que já são ermos. Verifica que, para alguns, as casas e os campos são vistos como ambiente muito típico, a preservar para gozo dos de fora, e dizem-lhe que ele e os seus pares serão amanhã “guardiões da paisagem”, “produtores de territórios rurais saudáveis”<sup>8</sup> e que serão pagos (sem se saber ainda como) por manterem uma paisagem que produzem sem ver e gratuitamente. Por fim, interroga-se: serei reconvertido num agricultor “assistido”? O meu salário será função não do trabalho, mas da terra e do estatuto? O que é chamado indemnização compensatória, subsídio, ajuda directa será esmola? Será vício? Restar-me-á alguma dignidade?

## 5. DA BOA MORTE À IMORTALIDADE PROMETIDA

Definimos o homem como um ser de relação com a natureza, com os outros, consigo mesmo e com o que o transcende. No âmbito desta relação há modos comuns de pensar, sentir e agir em qualquer sociedade. Obviamente, na sociedade rural também. Por exemplo, um transmontano antes de lavrar a terra com as suas

---

<sup>7</sup> Como faz notar M. Ferreira (1996: 49) a reforma da PAC em 92 suscita muitas reservas do ponto de vista social. Diz-nos a autora: “Uma vez que a atribuição de ajudas é feita em função do nível de produção regional, parece evidente concluir que quanto maior a produção maior será o nível de indemnização, aspecto que não modifica substancialmente a concentração de apoio aos agricultores que existia anteriormente. A verificar-se esta concentração, ou a reprodução da concentração, pode falar-se de uma política socialmente inaceitável, segundo J. S. Marsh (Marsh, 1992) uma vez que os mais beneficiados são os grandes agricultores que têm uma produção maior para vender. O autor classifica a PAC como uma ‘fraude muito grande’ em termos de prioridades de tipo social. Esta ‘característica’ da nova PAC é identificada como negativa pela própria Comunidade num documento de reflexão sobre a política agrícola: ‘[...] the direct payments are still partly tied to current levels of production, rather than being completely decoupled, and are not sufficiently targeted towards those farmers in need of support’ (CE 1994: 17)”. F. O. Baptista (1996: 51-52) aborda igualmente a questão nos termos seguintes: “a PAC tem, sobretudo desde 1992, mecanismos de concessão de subsídios desligados das quantidades de produção obtidas, e cujos critérios de atribuição são, sobretudo, articulados com a dimensão física das parcelas de terra. Esta vertente da PAC, nalguns casos associada à protecção da natureza e da paisagem vem subalternizando a figura dos agricultores face à dos proprietários fundiários. Estes recebem sob a forma de subsídio da PAC, verdadeiras rendas, que atingem quantias muito elevadas nas propriedades de grande dimensão. Nas regiões da União Europeia onde predominam os grandes domínios fundiários, como é o caso do Alentejo, é de novo o triunfo da grande propriedade da terra”.

<sup>8</sup> Expressão de F. Cordovil (1995).

vacas de trabalho e o seu arado pode tirar o chapéu, benzer-se e fazer uma oração. A protecção dos céus é necessária, não vá a relha do arado topar uma pedra maior, não vão as vacas espantarem-se e ferirem-se, sabe-se lá que mais pode acontecer. E o pão de centeio sairá bem cozido sem a protecção dos santos devidos? Que dona de casa dispensa as orações próprias?

Não estou devidamente informado acerca das mudanças em curso na cultura religiosa em meio rural, mas, em qualquer caso, avanço com uma que me parece notória. Trata-se da mudança que denomino da boa morte à imortalidade prometida.

A Idade Média vai longe, mas, como fez notar P. Goldey (1985), o seu ideal cultural da “boa morte” ainda há poucas décadas se achava enraizado no meio rural português. A morte é sempre um incómodo, mas morria-se bem morrendo na cama, em casa, rodeado pela família e pelos vizinhos. Falecer longe da família, ou da aldeia era então “uma coisa terrível”. Fora do país, então, que dizer? Morria-se bem morrendo com tempo para arrumar assuntos, tanto do céu como da terra. Uma pessoa era considerada ou mesmo invejada pela sorte de morrer com tempo para liquidar dívidas, fazer partilhas entre os herdeiros, abençoar os amigos e as crianças e perdoar aos inimigos. E, para além do fechar dos negócios terrenos, na questão da boa morte havia ainda os aspectos religiosos: era preciso fixar o número de missas a mandar rezar pela alma própria e designar o santo a que estas seriam dedicadas, bem como buscar o arrependimento sincero dos pecados cometidos e o conforto dos ritos da Igreja. Supremo bem era morrer resistindo à tentação do desespero e do orgulho.

Estas noções são hoje praticamente coisas de somenos. A sociedade mudou e com ela a morte. As aldeias minguaram, os familiares, mesmo os mais chegados estão algures, e, assim, já não se morre (nem vive) com eles e vizinhos ao redor. A saúde virou bem de consumo, passando os centros médicos a fornecer hoje a terapia de grupo dos lavadouros públicos de ontem. Alguns médicos, que escutam também os males da alma dos *utentes*, substituem os padres, que entretanto são menos e andam ocupados lá pela cidade. Com os avanços reais e as promessas, verdadeiras e falsas, da medicina, enraizou-se profundamente o mito de que a vida se prolonga sempre e a morte se ultrapassa. Não admira, já se sabe hoje que é para amanhã “o triunfo do homem biónico”, aquele que em vez do fatigado coração humano terá um pequeno coração artificial com autonomia quase ilimitada; ou, em vez deste, um coração de um porco transgénico. Por certo, numa qualquer loja de peças sobressalentes esse nosso irmão post-moderno comprará aparelhos acústicos electrónicos para substituir os seus ouvidos surdos, e olhos em cristal com órbita de silicone para trocar os seus olhos cansados. E poderá ainda comprar, quiçá com desconto, um disco intervertebral em titânio, uma mão eléctrica e uma protese hidráulica para o pénis. Por este caminho se tem caminhado e se chegou onde estamos. A boa morte foi removida da sociedade e da família e, idealmente,

hoje só há um modo e um lugar certo para se morrer: morrer só e no hospital, amiúde vegetando num interminável e indigno ciclo terminal.

Claro que há ainda resistentes, velhos teimosos que preferem morrer sós, mas na sua terra, a morrer em hospitais distantes, algures onde os filhos residem. Ou idosos que, contrariando os médicos, não admitem ser tratados mais longe do que na estrutura de saúde concelhia. Mas, coitados, quantas vezes são contrariados, quer por vizinhos diligentes, quer por bombeiros zelosos. E, assim, chegam, a toda a velocidade, ao destino fatal indesejado: o hospital, ou mesmo a estrada.

Em suma, do ideal da morte prevenida, convivencial, cerimoniosa e digna chegámos à morte recusada, adiada até ao extremo, e desolada. E enquanto a “boa morte” foi removida das casas de família, as más mortes entram por ali adentro, sendo parte certa da programação televisiva.

## 6. CONSIDERAÇÃO FINAL

Tudo quanto acima expressámos nos conduz à recusa da dicotomia mundo rural versus mundo urbano. Com F. Cordovil (1995) afirmamos “tal dicotomia é inadequada no plano da compreensão da realidade contemporânea dos países desenvolvidos, é contrária aos valores de solidariedade e interdependência entre os meios rurais e urbanos, que interessa estimular, e tem prejudicado a formulação e concretização das políticas de desenvolvimento regional e local, nomeadamente em regiões rurais”.

## BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA (1996) - “Declínio de um Tempo Longo”, in Brito, Joaquim Pais de, e outros (coords.) *O Voo do Arado*, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, pp. 35-75.
- BARRETO, ANTÓNIO E PRETO, CLARA V. (1996) - *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Cadernos do Público, nº 8.
- CORDOVIL, FRANCISCO C. (1995) - Desenvolvimento Rural e Conservação do Campo. Comunicação ao Colóquio *Os Recursos Agrários, o Mundo Rural e a Conservação do Ambiente*. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 15 de Dezembro de 1995.
- FERREIRO, MARIA DE FÁTIMA P. B. (1996) - *Fontes de Rendimento das Famílias Agrícolas. Estudo de Casos no Concelho de Ourique*. Dissertação de Mestrado em Economia e Política Social, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.
- GOLDEY, P. (1985) - A Boa Morte: Salvação Pessoal e Identidade Comunitária, in R. Feijó, H. Martins e J. Pina Cabral (coord.) *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Editorial Quercó, pp. 89-109.

- NEVES, J. C. C. F. (1995) - *Iniciativas de Desenvolvimento Local em Meio Rural*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- LUCAS, A. M. R. (1987) - Subsídios para o Reconhecimento da Racionalidade Rural em Portugal. *Cadernos de Ciências Sociais* nº 5, Afrontamento, Porto, pp. 65-83.
- MÓNICA, MARIA FILOMENA (1996) - *Os Costumes em Portugal*. Cadernos do Público, nº 1.
- PINTO, GRAÇA M. (1996) - *De Pequenino é que se Torce o Pepino (e o destino)*. Um Estudo sobre o Trabalho Infantil no Meio Rural. Dissertação de Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- PORTELA, JOSÉ (1996) - O Mundo Rural amanhã: Três Pontos Prévios, Duas Coordenadas e uma Nota Final. Comunicação às *Jornadas sobre o Mundo Rural*, organizadas pelo Jornal do Fundão e Beira-Serra, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 31/5-1/6/1996.
- PORTELA, JOSÉ (1993) - Agricultores e Agriculturas: Que Futuros? Memória para um Debate Urgente, in *Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural*, Ministério da Agricultura, pp. 110-310.
- PORTELA, JOSÉ (1988) - *Rural Household Strategies of Income Generation. A Study of Northeastern Portugal, 1900-1987*. Dissertação de Doutoramento. University of Wales.
- RIBEIRO, MARIA MANUELA M. (1992) - *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas, em regiões de Montanha (Barroso, 1940-1990)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.